

UGEIRM

SINDICATO

DOS ESCRIVÃES, INSPETORES E INVESTIGADORES DE POLÍCIA-RS

Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110

Jornal da UGEIRM - Filiação à COBRAPOL e à FEIPOL/SUL Outubro/2014

30 anos



Precisamos urgentemente estabelecer critérios para as escalas de plantão.

Página 3



Moradia, um direito social só no papel?

Página 8

UGEIRM ENTREGA PROGRAMA PARA A POLÍCIA CIVIL AOS CANDIDATOS

Foto: Marcela Brandes



Fotos: Katia Marko



EDITORIAL

Por uma Política Pública de Segurança Pública

O momento de eleger nossos governantes deve ser um espaço de reflexão e novas propostas. Com este objetivo, a Ugeirm construiu o Programa para a Polícia Civil entregue aos candidatos ao governo do estado. Não esquecendo das questões corporativas, nossas propostas priorizam o atendimento à população, motivo da nossa existência.

Em nosso programa, defendemos, por exemplo, atendimento individualizado em todas as ocorrências. Acreditamos que nosso papel social deve ser de “acolhimento” do cidadão. Devemos criar o melhor clima possível para as pessoas que chegam a uma delegacia, na sua grande maioria muito abaladas. Não podemos descuidar ou ampliar a sua condição de vítima.

Também acreditamos que a abertura de uma delegacia de polícia não pode ser obra de acasos ou de presente para apadrinhados políticos. Precisa obedecer a critérios, de modo a não criar uma falsa expectativa do serviço de segurança que de fato não virá se instalarmos uma delegacia sem um efetivo e uma estrutura mínima.

Mas todas as propostas fazem parte de uma visão maior, ou seja, de uma Política Pública de Segurança Pública. Por isso, consideramos fundamental reeditar a experiência das Conferências Estaduais de Segurança Pública realizadas em governos anteriores. Em 2015 será realizada a IIª CONSEG (Conferência Nacional de Segurança Pública) que apontará diretrizes para a segurança pública no Brasil.

A Iª CONSEG já apontou como uma das principais diretrizes, a desmilitarização das Polícias Militares e a urgência de um novo modelo de segurança pública. A segurança pública precisa fazer frente aos desafios contemporâneos impostos pela dinâmica de uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada. Nesse processo, a criminalidade também assume novas e complexas conformações. O enfrentamento desses desafios demanda um esforço por parte da sociedade e das instituições que compõem a segurança pública.

Nessa mesma perspectiva sugerimos a realização de conferências estaduais de segurança pública em que sejam discutidas com a população as políticas de segurança pública para o Rio Grande do Sul, levando em consideração as demandas e as especificidades locais de cada comunidade e dos operadores de segurança.

O voto na democratização da comunicação

Bruno Marinoni*

O horário eleitoral no rádio e televisão teve início no dia 19/8 e se estende até 2 de outubro. Nesse pouco mais de um mês, os grupos políticos têm a oportunidade de se dirigir à população diretamente e interferir na agenda pública sem a mediação das empresas de radiodifusão. Em outras palavras, um raro momento em que se fura o bloqueio comercial erigido pelas empresas de comunicação (no qual só se torna pauta o que dá lucro ou interessa ao dono) e se declara “território livre” para se dizer o que quiser sobre o assunto que se quiser.

O programa eleitoral seria uma ótima oportunidade para, furando esse bloqueio, questionar a existência de um oligopólio comercial que filtra os pontos de vista “divergentes”. “Por que a Globo, por exemplo, resume a discussão sobre si mesma à produção do ‘Vídeo Show’, que não passa de uma vitrine da própria marca, e evita o debate sobre o direito à comunicação?”, poderia se perguntar.

É o momento de se propor para a sociedade, no horário nobre das redes nacionais, soluções que visem democratizar a comunicação e que evitem a imposição do filtro empresarial a temas fundamentais para a sociedade. Entretanto, observa-se nas atuais campanhas quase um total silêncio sobre o tema da democratização da comunicação. É o que demonstra uma reportagem da revista MídiaComDemocracia, publicada neste mês de agosto.

Tema ingrato

As candidaturas que possuem as melhores projeções de votação - Dilma (PT), Aécio (PSDB) e Marina (PSB) - nem sequer se referem ao problema da concentração da propriedade, da hipertrofia comercial do setor de comunicação, da impossibilidade de participação de determinados setores na produção de conteúdos, da reprodução de preconceitos, das violações de direitos humanos promovidas pelos programas de rádio e TV, dos arrendamentos das concessões públicas, da criminalização das rádios comunitárias etc. Nem uma linha. Limitam-se a falar genericamente de “liberdade de expressão/informação/opinião”.



Sabe-se que as diretrizes definidas em maio pela Comissão Executiva do PT apontavam para a inclusão do debate sobre regulação da comunicação no programa de governo de Dilma. Entretanto, o tema foi retirado do documento. No que diz respeito à internet, ousa-se um pouco mais, falando-se de expansão da infraestrutura de banda larga, da implementação do Marco Civil da Internet, da promoção da participação e do acesso às tecnologias digitais. Não se define, por outro lado, nenhum compromisso com o regime público de exploração do setor. Em outras palavras, devemos assistir à continuação da política de expansão privada das telecomunicações com financiamento público por via direta ou indireta (renúncia fiscal).

“
O silêncio sobre o tema da democratização da mídia revela a capacidade dos donos dos meios de comunicação de interferir na agenda política.”

O silêncio sobre o tema da democratização da mídia revela a capacidade dos donos dos meios de comunicação de interferir na agenda política. Isso acontece por meio das relações diretas de radiodifusores com os partidos políticos, mas também por meio da coerção simbólica (uma espécie de chantagem midiática) pela qual se sentem ameaçados os candidatos que ousam desafiar aqueles que controlam praticamente todos os canais de comunicação social do país.

Neste cenário, há a candidatura de Luciana Genro (PSOL), que pautou o tema da democratização da comunicação. Segundo o seu programa, “quebra

dos oligopólios midiáticos e sua política de voz única terá atenção especial, com ênfase para o fim da propriedade cruzada dos meios de comunicação. Nosso incentivo será para instrumentos de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias, e aos meios públicos de mídia. Além disso, daremos ênfase a instrumentos de participação popular”. No entanto, o tempo no horário eleitoral para esta campanha é irrisório, o que limita a expressão política necessária.

Outras candidaturas como a de Mauro Iasi (PCB) e Rui Pimenta (PCO) defendem a estatização da comunicação. O candidato Zé Maria (PSTU) reconhece a importância do tema, mas sua campanha não apresenta exatamente uma formulação sobre o assunto.

Proposta da sociedade civil

Para tentar interferir na crítica situação apresentada acima, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) encaminhou uma carta aos/as candidatos/as defendendo a importância do tema para a consolidação da democracia brasileira. Anexo à carta, dois documentos que são fruto das propostas aprovadas pela sociedade civil na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009. Um dos documentos, intitulado “20 pontos para democratizar as comunicações no Brasil”, traz diretrizes fundamentais para um novo marco regulatório para o setor. O outro documento é o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, que apresenta, em formato de texto legal, as prioridades definidas pelo movimento para a regulação da radiodifusão no país.

*Bruno Marinoni é repórter do Observatório do Direito à Comunicação, doutor em Sociologia pela UFPE e integrante do Intervozes.



Jornal da Ugeirm – Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul
Fundado em 20 de março de 1980

Jornalista responsável: Katia Marko (DRT/RS 7969) **Redação:** Marcela Brandes. **Projeto gráfico e diagramação:** Marcelo Souza (Engenho Comunicação e Arte Ltda). **Logo capa:** PS Criação. **Impressão:** Gazeta do Sul. **Tiragem:** 5.500 exemplares. **Periodicidade:** bimestral - **Administração:** Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110 - Fone (51) 3225.1707 / **Alojamento:** Rua Inácio Montanha, 37 - Porto Alegre - RS - Fone (51) 3225.1367. Colônia de Férias: Avenida das Flores, 1115 - Pinhal - RS - Fone (51) 682.2160
E-mail: ugeirm@ugeirm.com.br - **Contatos com o jornal:** imprensa@ugeirm.com.br

www.ugeirm.com.br

As promoções não podem parar

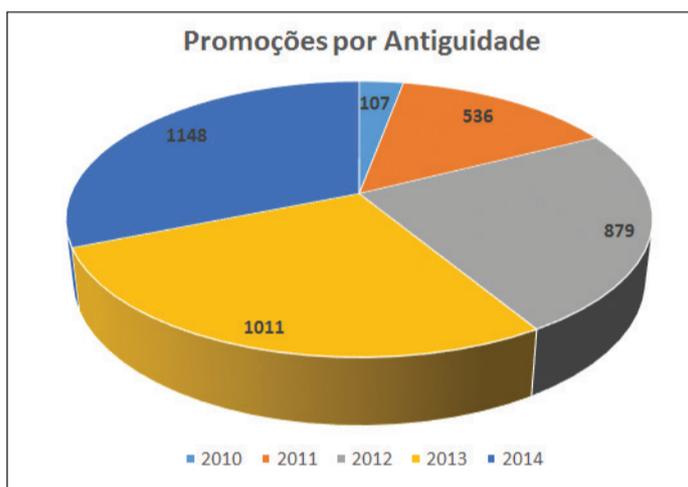
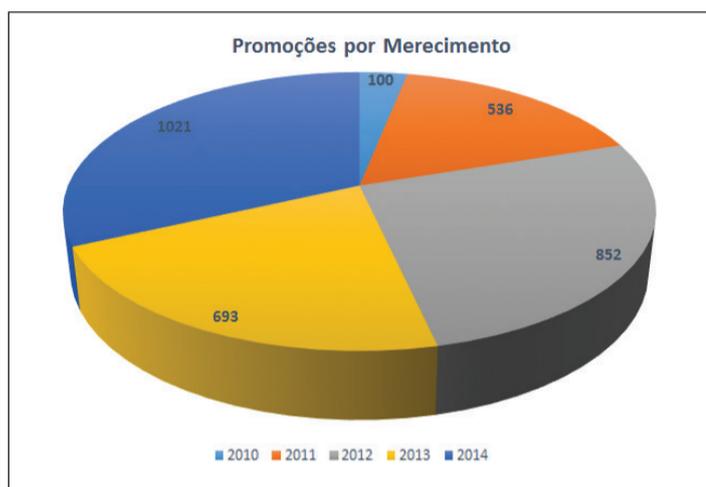
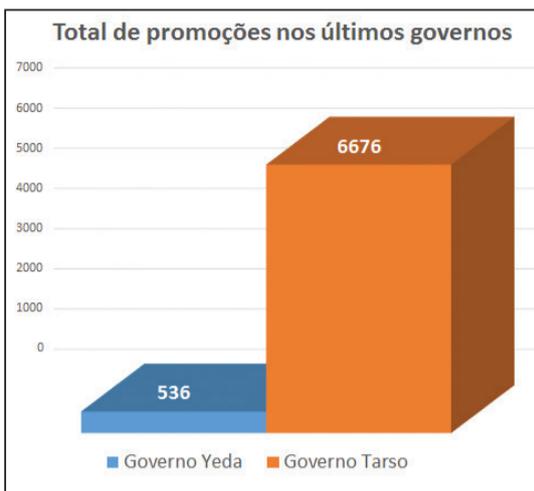
Os critérios para promoção mudaram completamente nos últimos anos. Devido ao trabalho da Ugeirm e da luta de toda a categoria, quebramos o gargalo que existia. O governador (a) eleito (a) deve garantir a continuidade desse processo.

Atualmente, temos um número significativo de policiais chegando à classe de comissário. Nossa realidade mudou. Não temos mais policiais se aposentando em classes iniciais, promoção apenas por merecimento ou número pequeno de vagas.

Policiais que ficaram por anos congelados conseguiram avançar e alcançar o final de carreira. A lei 13.790 criou um total de 1.541 novas vagas e garantiu promoção para todos os policiais até dezembro de

2013. Com o aproveitamento dos investigadores, foram ampliadas mais 566 novas vagas a partir de dezembro de 2014, o que possibilita que a categoria continue com chances reais de chegar ao final de carreira.

A promoção é a única perspectiva real do agente policial ter ascensão. Portanto, é fundamental que o (a) governador (a) eleito (a) não interrompa o processo e continue a abertura de novas vagas para que toda a categoria tenha a oportunidade de continuar sendo promovida.



Plantões de 24 horas são desumanos

Precisamos urgentemente estabelecer critérios para as escalas de plantão. A carga horária de 24 horas é abusiva e sobrecarrega o cotidiano dos policiais.

Melhorar as condições de trabalho dos policiais para um plantão mais humano permite atendimento com mais qualidade à população e é exatamente por isso que os agentes policiais exigem o fim das escalas de 24 horas. A carga horária tem que ser reduzida, o local de trabalho tem que ser adequado e ter um número mínimo de plantonistas escalados.

Os agentes policiais são servidores da sociedade. A delegacia deve ser um centro de acolhimento ao cidadão que teve sua segurança corrompida. A maioria dos plantonistas ficam sozinhos, o que os impossibilita de se ausentarem da delegacia até para fazerem suas refeições. Outro grande problema é a falta de estrutura das de-

legacias. Um exemplo é a 3ª DPPA. O local é completamente insalubre e não comporta atendimento para as vítimas.

Falta de efetivo nas delegacias

A Ugeirm defende que a PC deve priorizar o serviço de plantão disponibilizando mais servidores para preencher a deficiência de pessoal desse setor e adotar a escala de 12 horas. O

número de policiais de uma delegacia deve ser proporcional ao número de ocorrências e de habitantes da região. É desumano obrigar um trabalhador permanecer 24 horas ininterruptas na delegacia.

A Ugeirm já encaminhou a pauta à SSP/RS. O PL 217/05 alterou dispositivos da lei 8.178/86 e possibilita a redução dos plantões policiais para 12 horas por opção do chefe imediato. Essa conquista foi resultado de uma luta antiga da UGEIRM, ainda no governo Rigotto. Todas as delegacias que ainda tenham escala de 24 por 72 horas, entrem em contato com a Ugeirm para agendar uma visita e conversar sobre a viabilidade da alteração para o plantão de 12h.



Redução do IPERGS

Desde o advento da Emenda Constitucional 47/2005, os descontos a título de contribuição previdenciária (IPERGS), para servidores portadores de doença grave incapacitante, devem incidir somente sobre os valores que excedam ao dobro do limite máximo estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social.

A Advogada Paula Cristina Bergamaschi Bernd atenta que o IPERGS não vem observando a limitação disposta na Emenda Constitucional 47/2005, motivo pelo qual, o servidor nessas condições deverá ajuizar ação para inclusive reaver os descontos previdenciários indevidos, ressalvados os últimos cinco anos.

Licença Prêmio

Já é entendimento unânime no Tribunal de Justiça Gaúcho, bem como, na Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública, que todo o servidor aposentado que deixou de gozar períodos de licença-prêmio, quando na atividade, pode convertê-los em dinheiro. O Estado vem sendo condenado a indenizar os servidores com base no valor bruto da última remuneração percebida na ativa, sem desconto de qualquer imposto (IR + IPERGS), ante o caráter indenizatório do benefício da licença-prêmio. Assim, todos os servidores que se encontram aposentados há menos de 5 anos, que possuem saldo de licença-prêmio, podem buscar na Justiça tal indenização.

Aposentados que tiveram o benefício revisado a partir de 2011

Aposentados que tiveram os proventos revisados a partir do ano de 2011, com base nos decretos publicados pelo Governador em reconhecimento à LC 51/85, podem ajuizar ação para buscar os benefícios financeiros (retroativos) desde a data da concessão da aposentadoria.

O Estado do RS reconheceu, através das revisões das aposentadorias, o direito do servidor receber os valores retroativos tão somente a partir da data da publicação do primeiro Decreto Estadual nº 48.136/2011, ocorrida em 06 de julho de 2011.

Assim, o servidor policial aposentado após a EC 41/03 que já havia completado, quando do ato original de aposentação, o tempo mínimo exigido para aposentadoria especial, qual seja, 30 anos de serviço sendo no mínimo 20 anos de atividade estritamente policial pode buscar na Justiça os valores em questão.

Ugeirm reivindica aproveitamento dos investigadores aposentados

A Lei 14.433 de 09 de janeiro de 2014 aproveitou os investigadores e abriu novas vagas para que toda categoria tivesse a oportunidade de continuar sendo promovida por merecimento e

antiguidade com perspectivas reais de alcançar a classe final da carreira. No entanto, os investigadores aposentados não foram aproveitados, causando um grande descontentamento.

A Ugeirm já encaminhou ao governador do estado a solicitação do aproveitamento dos investigadores aposentados nos cargos de escrivão e inspetor de polícia, corrigindo assim essa distorção.



Ugeirm promove **Encontros com Candidatos ao Governo do Estado**

A Ugeirm Sindicato realizou, durante o mês de setembro, uma série de Encontros com os Candidatos ao Governo do Estado, onde apresentou seu programa para a Polícia Civil e oportunizou aos candidatos apresentarem suas propostas para a segurança pública e para a Polícia Civil.

Vieira da Cunha afirma que Segurança Pública será uma das prioridades de seu governo

O primeiro candidato a participar do Encontros com os Candidatos ao Governo do Estado foi Vieira da Cunha (PDT), na manhã do dia 8 de setembro, na sede do Sindicato.

A direção da entidade apresentou o programa com propostas de atenção ao cidadão, entre elas atendimento individualizado em todas as ocorrências, estabelecimento técnico para abertura de novas delegacias, aperfeiçoamento da rede de acolhimento à mulher vítima de violência, reestruturação das DEAMs, estruturação das delegacias e demais órgãos, plano de recuperação do efetivo policial, fortalecimento das DDPAs, equipes volantes e fim do sobreaviso, reformulação da Academia de Polícia e realização da Conferência Estadual de Segurança Pública. Já no item atenção ao policial, a Ugeirm destacou pautas históricas da categoria como Verticalidade, salário na proporção certa para todos,

implementação do Plano de Carreira, data base, programa de saúde mental, fim do plantão 24h, direito ao exercício ao magistério, lei de combate ao assédio moral no serviço público e reformulação do Conselho Superior de Polícia.

O candidato Vieira da Cunha parabenizou a Ugeirm pela qualidade do conjunto das propostas. Segundo ele, se eleito, a Segurança Pública será uma das prioridades de seu governo. “Precisamos tomar uma série de medidas para melhorar a segurança e, com certeza, este programa contribui muito. Se for eleito, vamos trabalhar juntos”, afirmou.

O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, finalizou o encontro agradecendo a presença do candidato que respondeu imediatamente ao convite do sindicato.

Foto: Katia Marko



Vieira da Cunha recebe camiseta da campanha verticalidade

“Quero transformar a polícia gaúcha um modelo para o país”, afirmou Tarso Genro

Os policiais civis lotaram o auditório da Ugeirm Sindicato para receber o candidato Tarso Genro, da Unidade Popular Pelo Rio Grande (PT, PTB, PCdoB, PPL, PR, PROS).

Representantes de todas as regiões do estado participaram do Encontros com os Candidatos ao Governo do Estado, na noite do dia 10 de setembro, com o candidato Tarso Genro. Antes da direção apresentar o programa, foi aberta a palavra para os colegas da categoria. Foram citados os vários avanços conquistados neste governo e a necessidade de se continuar investindo na qualificação e valorização dos servidores da Segurança Pública.

Como pautas importantes foram destacadas o aproveitamento dos concursados com a abertura ainda este ano da segunda turma da Acadepol e a Verticalidade. “Queremos que o V da vitória se transforme no V de Verticalidade”, afirmou sob aplausos o diretor financeiro da Ugeirm, Cláudio Abel Wohlfahrt.

O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, afirmou que a polícia civil sabe que

só com pressão se conquista e nunca desistiu da luta. “Mas as conquistas que os policiais tiveram neste governo não se teve nos últimos 40 anos. Nós já fizemos muitas lutas, desde lavar a calçada do Palácio Piratini, no governo Yeda, até ocupar o Palácio. Mas neste governo tivemos as portas abertas para negociar”, afirmou.

O governador se sensibilizou diante dos depoimentos. “Esse reconhecimento me motiva e emociona muito. A minha ambição é que, ao término do nosso segundo governo, a polícia gaúcha seja modelo para o País”, completou. Ele afirmou que o mais importante é ter confiança e ver a disposição dos policiais para melhorar cada vez mais as forças de segurança do Estado. “O Rio Grande do Sul não precisa de candidatos pré-fabricados pela mídia, nosso Estado tem tradição política”, concluiu o governador.

Foto: Caco Argemi (divulgação campanha Tarso Genro)



Governador Tarso Genro participou do encontro no dia 10 de setembro

Fotos: Katia Marko

Candidato Estivaleta veste camiseta da Verticalidade

O candidato a governador do RS Edson Estivaleta Bilhalva (PRTB), pela coligação “Por um Rio Grande Melhor”, foi o terceiro a receber o Programa de Políticas para a Polícia Civil.

O candidato Estivaleta, servidor público da Brigada Militar, esteve na sede da Ugeirm Sindicato, no dia 11 de setembro. Ele parabenizou a Ugeirm pelas propostas e afirmou que, se eleito, a Segurança Pública será prioridade em

seu governo. Também vestiu a camiseta da Verticalidade, proposta que considerou fundamental.

O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, finalizou o encontro agradecendo a presença do candidato e sua disposição de assumir as pautas da categoria.



Estivaleta considerou proposta da verticalidade fundamental

Roberto Robaina defende avanços na Polícia Civil

Roberto Robaina (PSOL) participou no dia 19 de setembro do Encontro de Candidatos ao Governo do Estado da Ugeirm.

Considero ser possível ter uma Polícia Civil com uma nova hierarquia, sem a estrutura que tem hoje”, afirmou o candidato Roberto Robaina (PSOL) no Encontro de Candidatos ao Governo do Estado realizado no dia 19 de setembro, na sede da Ugeirm. Também estavam presentes a candidata a deputada estadual Fernanda Melchionna (PSOL) e a candidata a vice-governadora Gabriela Tolotti (PSOL).

Após a direção da entidade apresentar o programa, Robaina defendeu

avanços na polícia, principalmente numa polícia comunitária e cidadã e falou sobre sua proposta de um programa global para apresentar de onde serão retirados os recursos públicos para realizar mudanças. Ao final do encontro, Fernanda Melchionna lembrou sua participação em diversas lutas com o sindicato em prol de melhorias para a categoria e afirmou seu apoio aos agentes policiais. “Estava lendo as reivindicações que vocês colocaram no programa e é realmente inacreditável o que ainda acontece na segurança pública”, finalizou a candidata.



Fernanda Melchionna acompanhou o candidato Robaina no encontro

“Lei é para ser cumprida”, afirma a candidata Ana Amélia Lemos

No dia 26 de setembro, a candidata ao governo do Estado pela coligação Esperança que Une o Rio Grande (PP-PSDB-SD-PRB) Ana Amélia Lemos, e o seu vice, deputado Cassiá Carpes, participaram do Encontro com os Candidatos ao Governo do Estado, realizado pela Ugeirm Sindicato.

Além da diretoria da entidade, compareceram policiais civis de várias regiões do estado para conhecer o plano de governo da candidata e apresentar o programa construído pela categoria. O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, questionou sobre temas importantes como o aproveitamento de todos os concursados, continuidade das promoções, garantia da paridade na aposentadoria e Verticalidade. Também destacou a necessidade de critérios técnicos e não políticos ou financeiros na abertura de novas delegacias. “Nós tivemos muitos avanços na Polícia Civil. É nosso dever oferecer um atendimento de qualidade à população. Por isso, a urgência em recompor nosso quadro de pessoal e termos um ambiente adequa-

do e acolhedor para quem necessita do nosso trabalho”, afirmou.

Ana Amélia ressaltou a necessidade de valorizar as instituições policiais. “O Rio Grande tem sérias deficiências na segurança pública. É necessário criar um ambiente favorável para podermos valorizar a categoria como ela merece. Pretendemos fazer isso conversando com cada setor, com bastante respeito, em um diálogo franco e aberto”, afirmou.

Segundo a candidata, o estado do RS está quebrado e o atendimento de todas as demandas vão depender do Orçamento de 2015, realizado pelo atual governo, e da recuperação das finanças. Em relação ao aproveitamento dos aprovados no concurso disse que fará uma avaliação da situação, conforme a necessidade e recursos disponíveis.



A Senadora Ana Amélia Lemos foi a última candidata a participar da série de encontros

Ana Amélia se comprometeu com as pautas apresentadas e com a manutenção do diálogo com a categoria, mas afirmou que tudo dependerá do orçamento.

Programa para a Polícia Civil busca qualificação da Segurança Pública

Com finalidade de colaborar para a melhoria dos serviços da Polícia Civil, a Ugeirm Sindicato apresenta uma série de pontos que resultaram da vivência de seus dirigentes somado a colaboração de todos os policiais civis gaúchos nas suas atuações em prol da segurança pública. Na forma de propostas vem, responsabilmente e respeitosamente, apresentar aos candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul nestas eleições do ano de 2014.

Atenção ao Cidadão

1 – Atendimento Individualizado em todas as ocorrências.

Respeito à individualidade e intimidade do cidadão. Responsabilidade e técnica na absorção de notícias crime. Dedicção total no acolhimento ao cidadão. Esses devem ser princípios norteadores do atendimento prestado nas delegacias.

Não é mais cabível que em pleno século XXI o nosso povo seja atendido num balcão em delegacia, como se estivesse comprando um punhado de caramelos. O serviço da Polícia Civil é de atendimento às pessoas vítimas, principalmente e, assim deve ser encarado.

Nosso papel social deve ser de “acolhimento” do cidadão. Devemos criar o melhor clima possível para as pessoas que chegam a uma delegacia, na sua grande maioria muito abaladas. Não podemos descuidar ou ampliar a sua condição de vítima. Precisamos ser cuidadosos no atendimento para colher o máximo de informações possíveis de modo a auxiliar na boa investigação e solução dos casos a nós apresentados. E, além disso, precisamos preservar a individualidade das vítimas, evitando os registros feitos na presença de outras tantas vítimas que aguardam por atendimento em nossas delegacias.

As salas de registro de ocorrências precisam urgentemente ser adequadas ao atendimento individualizado do cidadão. Sem descuidar da segurança do policial.

2 – Estabelecimento técnico para abertura de novas delegacias.

A abertura de uma delegacia de polícia não pode ser obra de acasos ou de presente para apadrinhados políticos.

Precisa obedecer a critérios, de modo a não criar uma falsa expectativa do serviço de segurança que de fato não virá se instalarmos uma delegacia sem um efetivo e uma estrutura mínima.

Não podemos mais conviver com delegacias com apenas 1 ou 2 policiais. A polícia precisa ser respeitada nas suas necessidades e uma das principais é respeitar os critérios para abertura de novas delegacias, inclusive para a manutenção daqueles abertas inadequadamente ou de forma irresponsável.

Nova delegacia? Novos policiais. Ampliação do número de órgãos precisa vir acompanhado de ampliação do quadro de policiais. A polícia pode estabelecer esses critérios pelo desenvolvimento de pesquisa técnica e deve ser respeitada na sua análise.

3 – Estruturação das delegacias e demais órgãos.

É urgente rever a estrutura física das delegacias de polícia, pois uma boa parte está em prédios inadequados, sucateados e em condições insalubres. As condições são ruins tanto para os policiais que ali trabalham quanto para quem procura a Polícia Civil e é constrangido porque os prédios não oferecem individualização no atendimento, nem condições de receber o cidadão. O planejamento deve partir de um levantamento das condições atuais das delegacias e órgãos administrativos.

4 – Plano de recuperação do efetivo policial.

Qual o número ideal de policiais para o RS? Qual é a realidade hoje? Qual é a capacidade do Estado em recuperar o efetivo nos próximos quatro

anos? Planejamento. Essa é a ordem. Não é mais possível que fiquemos à mercê da boa vontade dos gestores. Afinal, segurança é prioridade ou não?

Propomos que o(a) próximo(a) governador(a) se comprometa em formar e nomear quatro mil policiais civis, divididos em grupos de 1 mil por ano. A polícia tem total capacidade de formar esse número de policiais.

Além disso, para que tenhamos policiais mais ligados as suas localidades e portanto, mais propensos a desenvolver carreira, entendemos que os concursos para nomeação de novos policiais devam ser em caráter regional.

5 – Fortalecimento das DPPAs, equipes volantes e fim do Sobre aviso.

O atendimento imediato as ocorrências graves e que exijam rápida intervenção da polícia é o alvo das equipes volantes da Polícia Civil. Tanto na região metropolitana, quanto no interior do estado. Em especial em cidades onde não temos atendimento 24 horas, o estabelecimento de equipes volantes regionais é um ganho para a cidadania e uma solução para o chamado “Plantão de Sobreaviso”, que escraviza e coloca em risco o policial lotado nessas cidades. A criação de novas equipes volantes onde ainda não existem deve ser uma preocupação presente para um governo preocupado com a segurança pública. Preocupação maior ainda deve nortear o fortalecimento das equipes volantes já existentes de modo a qualificá-las, garantindo o suporte necessário para a plena execução de sua tarefa pública.

Essas equipes volantes, no interior ficam ligadas as Delegacias de Polícia

de Pronto Atendimento – DPPA e para dar conta da demanda regional precisam ser melhor estruturadas.

O fortalecimento das DPPAs vai permitir acabar com a prática do plantão de sobreaviso, instrumento não regulamentado em lei e que obriga os agentes policiais a cumprirem jornadas extraordinárias de trabalho, desumanas. Em especial nas delegacias menores, onde os agentes ficam quinze, trinta dias de serviço sem direito à remuneração ou direito à folga correspondente.

6 – Academia de Polícia

A Academia da Polícia Civil – Acadepol - precisa ser totalmente reformulada, tanto em seu aspecto físico, com a modernização de suas estruturas em prédio próprio e definitivo, mas também em relação à sua grade curricular e corpo docente. Estes últimos pontos devem ser alcançados com a obrigatória contribuição do mundo acadêmico, em especial a nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs.

Adequar o período do curso, que hoje parece insuficiente para viabilizar uma formação de qualidade aos que ingressam na carreira.

Segundo, garantindo trabalho de formação permanente, de todos os policiais gaúchos. E para isso, entendemos ser possível um processo de descentralização da Academia. A Academia pode ir para o interior, facilitando a participação de todos e todas neste processo de qualificação.

Além de avançar na formação dos novos policiais, a nossa Acadepol deve ser voltada à atualização dos policiais já formados. Propomos que a cada 5 anos o policial seja obriga-

Continuação

do a frequentar curso de atualização, ou na Acadepol, ou recebendo em suas regiões, cursos oferecidos pela Academia. Mas para isso a Acadepol precisa ser reconhecida como um espaço importante dentro do organograma da Secretaria de Segurança Pública. Ganha a sociedade e ganha o policial que melhora sua atuação.

Por fim, adequando a formação às regras legais exigidas às instituições de nível superior, conforme preconiza o Ministério da Educação e Ministério da Justiça, garantindo reconhecimento formal como instituição de nível superior.

7 – Conferência Estadual de Segurança Pública

Reeditar a experiência das Conferências Estaduais de Segurança Pública realizadas em governos anteriores. Em 2015 será realizada a IIª CONSEG (Conferência Nacional de Segurança Pública) que apontará diretrizes para a segurança pública no Brasil. A Iª CONSEG já apontou como uma das principais diretrizes, a desmilitarização das Polícias Militares e a urgência de um novo modelo de segurança pública. A segurança pública precisa fazer frente aos desafios contemporâneos impostos pela dinâmica de uma sociedade cada

vez mais complexa e diversificada. Nesse processo, a criminalidade também assume novas e complexas conformações. O enfrentamento desses desafios demanda um esforço por parte da sociedade e das instituições que compõem a segurança pública.

Nessa mesma perspectiva sugerimos a realização de conferências estaduais de segurança pública em que sejam discutidas com a população as políticas de segurança pública para o Rio Grande do Sul, levando em consideração as demandas e as especificidades locais de cada comunidade e dos operadores de segurança.

8- Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher e a Rede de Atendimento.

O serviço de atendimento especializado à mulher é a garantia de superação da cultura do machismo e da violência. Mas para isso é preciso ser visto como prioritário. As estruturas físicas e de pessoal devem atender a demanda, ou corre-se o risco de cair em descrédito. E para além disso, definitivamente, é preciso a constituição de toda a rede de proteção à mulher que poderia vir através da criação de um Centro Interdisciplinar de Atendimento à Mulher.

Atenção ao Policial

1 – Verticalidade, salário na proporção certa para todos

A Polícia Civil, historicamente, teve os padrões salariais de todas as carreiras que a compõem, relacionadas por índices verticais que vão desde o delegado de polícia de final de carreira, até o escrivão/inspetor de início de carreira.

Essa relação é conhecida e chamada de VERTICALIDADE e serve para garantir uma proporcionalidade entre todos os salários, sempre que houver reposição. A Verticalidade garante uma valorização ao conjunto dos policiais e nunca apenas a um cargo ou carreira.

Não há dúvidas sobre a contribuição dos escrivães e inspetores para o bom andamento do serviço de investigação criminal. Todos, agentes e delegados, possuem escolaridade de nível superior e formam a base da Polícia Civil e como tal merecem tratamento isonômico. Ninguém perde com o estabelecimento da Verticalidade, e quem mais ganha é a Polícia Civil que passará a ter todas as suas carreiras valorizadas.

2 – Implementação do Plano de Carreira

A polícia ainda se orienta por um estatuto tão ultrapassado que trata como infração grave “desobedecer ordem de superior” e como infração branda “torturar pessoa”. Só isso já nos obriga a construir uma nova legislação interna que vá desde o estatuto até um plano de carreira compatível com a atualidade e com a devida

valorização que os cargos policiais exigem.

Sabidamente, os agentes de polícia efetuam suas atribuições bem como outras tantas que não lhes caberiam, como relatórios, tomada de depoimentos, medidas protetivas, autuações em flagrante, etc. Além do mais, os escrivães e inspetores já tiveram reconhecidas em lei as suas atribuições como sendo de nível superior, lei 14.073/12, artigo 5º, o que nos obriga também a proceder na atualização destas atribuições que hoje não dialogam com a realidade, nem mesmo com o tempo histórico da sociedade e da polícia.

Precisamos também de carreiras dinâmicas que permitam ascensão para todos e todas e em igualdade de postos entre agentes e delegados. Hoje, os agentes têm uma classe a mais, o que resulta em maior tempo para a chegada ao final da carreira. A modernização da polícia depende de um novo Plano de Carreiras.

3 – Data base

O estabelecimento de uma data para que governo e categoria sentem à mesa para debater salários é procedimento básico para um gestor que respeita os operadores da segurança pública. Esse é um passo importante a ser dado e precisa ser estabelecido imediatamente, já que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros têm este reconhecimento.

4 – Programa de Saúde Mental

A pesquisa sobre o trabalho aponta

a função policial como uma das que mais causam prejuízo à saúde de seus trabalhadores. E que pode ser agravado por outros fatores como a aguda falta de efetivo e a falta de condições estruturais de trabalho. Por isso, temos a necessidade de um programa qualificado de atenção integral à saúde física e mental dos trabalhadores da segurança. É de elevada importância para a qualidade de vida dos agentes policiais e se reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados a sociedade. Assim, queremos o compromisso do(a) candidato (a) na implementação deste programa.

5 – Plantão de 24/72h é desumano.

No distante ano de 2005 os policiais civis gaúchos plantonistas, através do seu sindicato, Ugeirm Sindicato, conquistaram o direito a trabalhar em escalas contínuas de 12 horas, posto que até então não poderiam haver escalas com tempo inferior a 24 horas. Essa foi uma conquista dos trabalhadores da polícia, mas a maior conquista, sem dúvidas, foi da sociedade gaúcha.

Não há organismo humano que suporte anos e anos trabalhando durante 24 horas. O cansaço obviamente resulta em redução na qualidade do atendimento.

Por isso, é preciso que a Polícia Civil supere esse ultrapassado regime de trabalho de 24 horas contínuas. O estabelecimento das escalas de 12 horas, vai resultar em melhor qualidade e eficiência no serviço público da polícia, bem como em melhor qualidade de vida aos policiais.

6 – Exercício do Magistério

A atividade de polícia investigativa é eminentemente técnica, pois exige a cada ação o domínio de uma diversidade de diplomas legais, para além do controle do uso da força e da arma de fogo.

Essas características garantem a delegados e demais policiais a exercerem a atividade de professor. Esse direito precisa também ser garantido formalmente aos agentes de polícia.

7 – Reformulação do Conselho Superior de Polícia

São muitas as atualizações que precisam ser feitas nas estruturas administrativas da Polícia Civil e uma das principais é sobre o papel do Conselho Superior de Polícia. São três as carreiras da Polícia Civil e apenas uma compõe o CSP. Isso não é mais possível pois permite que somente os delegados possam julgar seus pares e ainda julgarem os demais cargos.

Queremos paridade entre as carreiras da Polícia Civil para assento no Conselho Superior de Polícia.

8 - Lei do Assédio Moral

O assédio moral no serviço público constitui fato grave. É responsável pelo adoecimento e afastamento de vários servidores. Na polícia, devido a complexidade do trabalho e ao perigo constante a que são submetidos os agentes de polícia, o assédio moral torna-se ainda mais nocivo. Solicitamos a construção de projeto de lei que combata e previna o assédio moral no serviço público.

Moradia, um direito social só no papel?

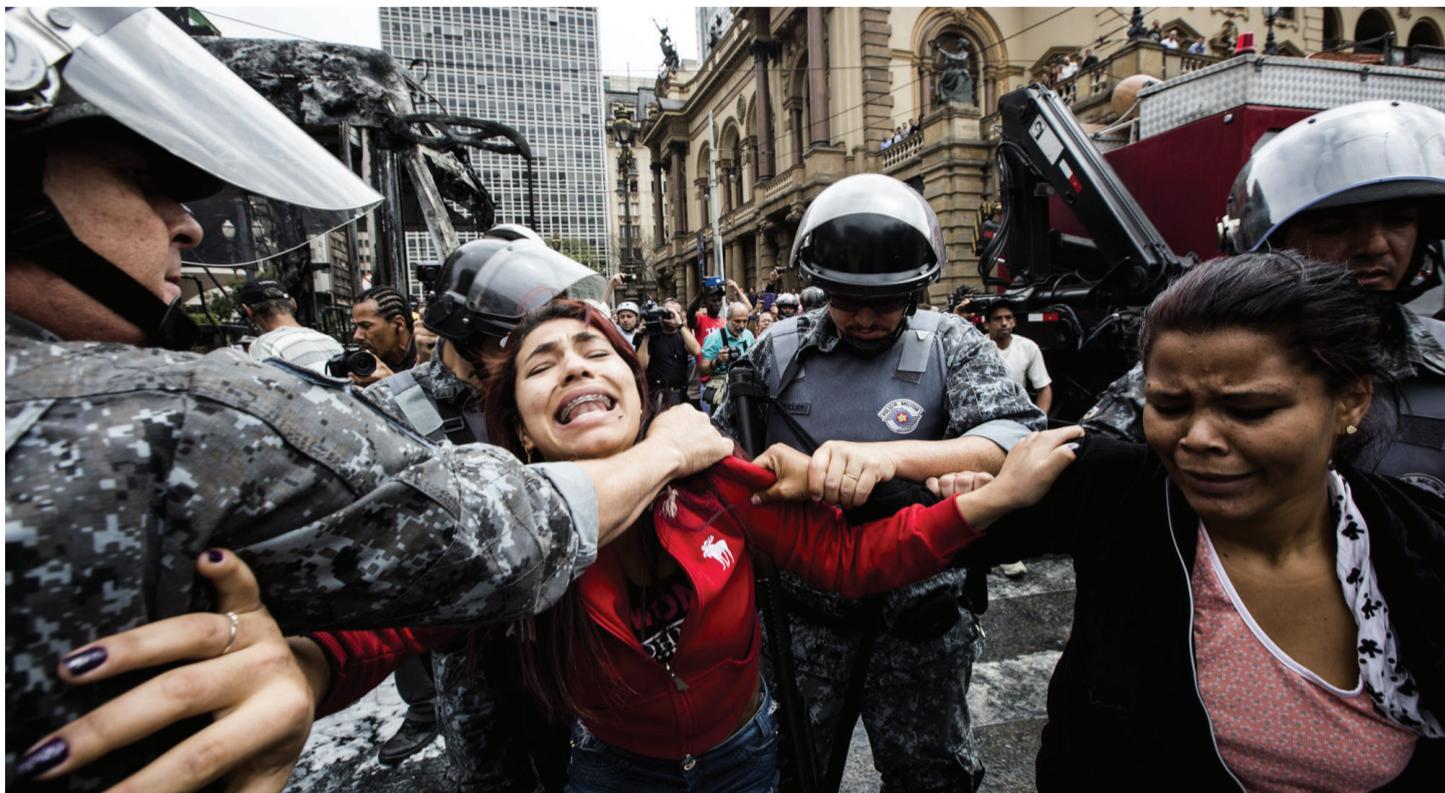
Todos têm o direito a um lugar adequado para viver. Isto significa que todas as pessoas têm o direito humano a uma moradia segura e confortável, localizada em um ambiente saudável que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade. Mas a falta de moradia ou em condições muito precárias ainda afeta milhões de brasileiros.

Foto: Felipe Larozza

As recentes desocupações realizadas pelo Estado, seja em Porto Alegre ou São Paulo, expõem um grave problema brasileiro. O elevado déficit habitacional e o não cumprimento do direito constitucional à moradia. Atualmente, Porto Alegre possui 46 áreas públicas ocupadas irregularmente; 26 pertencem à Prefeitura e 20, ao Governo do Estado. No entanto, ao todo, o Judiciário gaúcho conta com cerca de 15,6 mil processos de reintegração de posse em tramitação e 99% se referem a áreas particulares. Ou seja, as políticas públicas para a moradia não estão dando conta de resolver o problema.

O advogado e mestre em Direito pela Unisinos (RS) Jacques Távora Alfonsin afirma que a moradia é um direito constitucional e que o Estado tem o dever de garantir esse direito, já previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948. “É função social do Estado garantir moradia digna aos cidadãos, um direito fundamental expresso no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. O Poder Público tem a obrigação de promover as condições necessárias e estabelecer políticas públicas para fazer efetivar esse direito, que não pode continuar sendo violado”, ressalta Alfonsin.

Segundo ele, o Poder Judiciário tem, também, um papel fundamental na garantia do direito à moradia e que os magistrados – aplicadores do Direito – têm que agir com mais sensibilidade na interpretação das questões que envolvem esse direito, incorporando, positivamente, as mudanças de paradigmas que a Constituição de 1988 proporcionou. “Sem moradia, o cidadão não tem atendida a sua dignidade enquanto ser humano”, assinala, acrescentando que “os membros do Poder Judiciário não podem se recusar a aplicar os dispositivos jurídicos que garantem o direito sagrado à moradia”.



Desocupação com cenas absurdas de violência em São Paulo

Moradia não é caso de polícia

Desocupações com cenas absurdas de violência, como as vistas em São Paulo, também colocam outra questão importante: movimentos sociais devem ser tratados como caso de polícia?

Em uma análise com fortes argumentos, a urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e ex-relatora da ONU para Moradia Raquel Rolnik, pergunta: “por que será que mais de 200 famílias ocuparam este – e pelo menos mais uma centena de prédios ou terrenos vazios em São Paulo? Resposta: por que não têm nenhuma outra alternativa de moradia! Estamos vivendo uma situação de enorme alta nos preços dos imóveis e dos aluguéis, muito superior ao crescimento da renda da população, mesmo considerando o aumento das ofertas de emprego

nos últimos anos. E simplesmente o que existe de política habitacional hoje na cidade para uma situação de emergência como esta é: NADA.”

A situação não é diferente em Porto Alegre, Rio de Janeiro ou Recife. A realização da Copa do Mundo da Fifa elevou excessivamente o valor dos imóveis e contribuiu para o crescimento da especulação imobiliária. “Como disse uma moradora à imprensa, depois da reintegração de posse, ‘os móveis vão para o depósito, e as pessoas pra rua’. Provavelmente, vão para outra ocupação como esta, já que até o mercado de aluguéis de barraco de favela está inflacionado!”, destacou Rolnik.

Em segundo lugar, ainda afirma Raquel Rolnik: “o juiz que decretou a reintegração de posse do prédio – e terceirizou “o serviço” para a Polícia

Militar –, além de checar se o edifício realmente pertencia aos proprietários que o estavam requisitando de volta, deveria checar também alguns trechos da Constituição Brasileira, do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor, que afirmam, com todas as letras, que imóveis vazios ou subutilizados que não estejam cumprindo sua função social estão sujeitos a sanções. Na nossa Constituição, que o juiz esquece de ler, a propriedade, além de constituir um patrimônio de seu dono, tem uma responsabilidade pública em relação à sociedade.

Garantir direitos

Este mesmo juiz também deveria saber que, no nosso país, as pessoas têm direitos e, assim como o proprietário tem direito de reivindicar de volta seu prédio, as crianças e as mulheres, os idosos e os mais vulneráveis têm o direito de ser protegidos. Isso significa que não se pode simplesmente decretar que as pessoas têm que cair fora do imóvel, sem também encaminhar, de alguma forma, a proteção para quem vai ficar vulnerável por esta situação.

Trocando em miúdos: há formas e formas de executar reintegrações de posse. A pior delas é deixar nas mãos da Polícia Militar, sem mediadores, sem que organismos de proteção dos direitos sejam acionados e respeitados, participando ativamente, e sem alternativas imediatas. Uma coisa é devolver o imóvel ao proprietário, outra, é o destino das famílias. O encaminhamento das famílias é uma questão social, não um caso de polícia.”



Encaminhamento das famílias é uma questão social, não um caso de polícia